

AS FORTIFICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XVIII

JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL

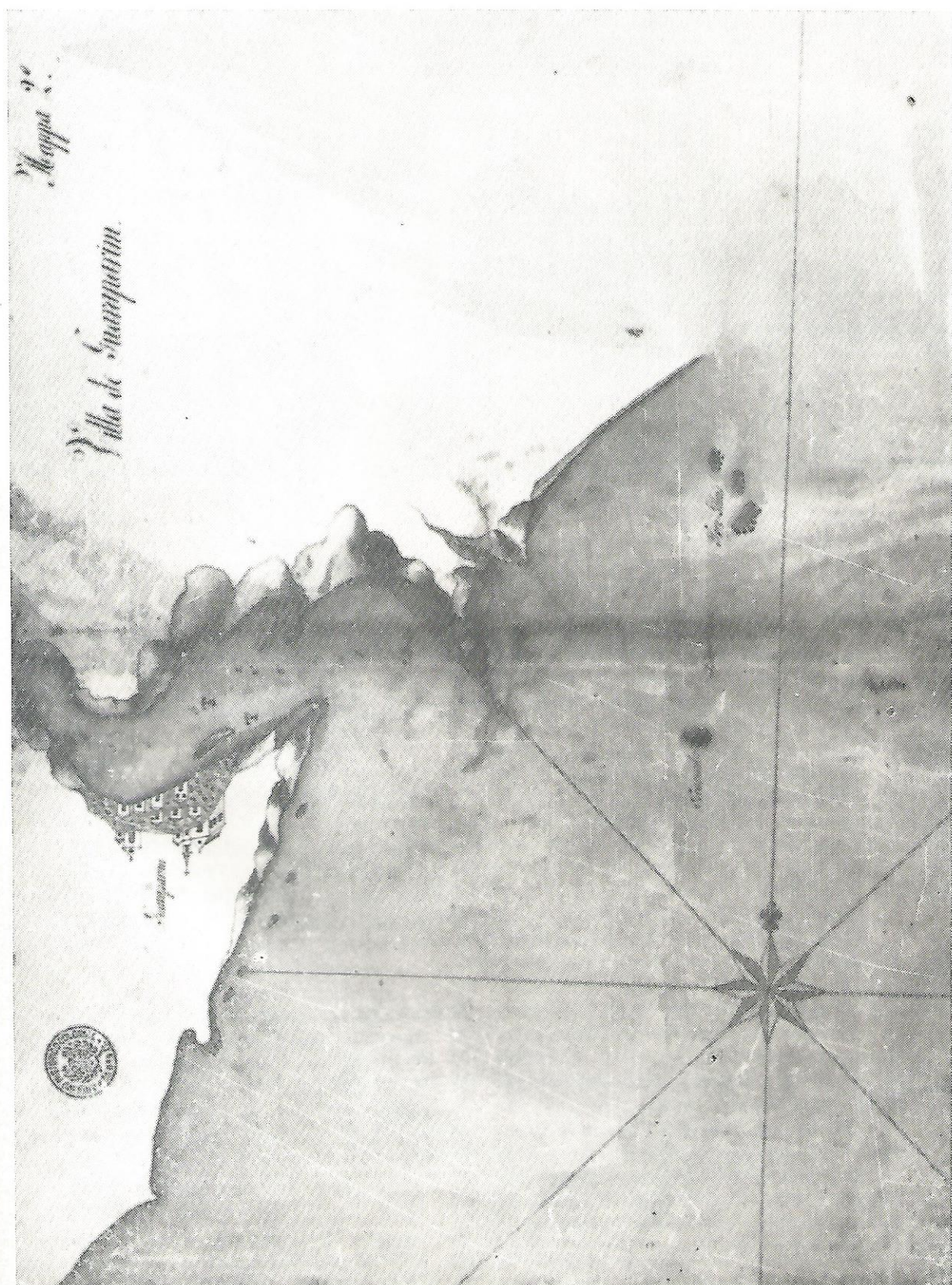
Pesquisador da Fundação Cultural
do Espírito Santo e Professor na
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Cachoeiro de Itapemirim
— ES.

O litoral do Espírito Santo, desde o século XVI, foi em diversas oportunidades objetivo de ataques e incursões de piratas e corsários, franceses ou ingleses. Entre estes ressalta-se a investida do corsário inglês Thomas Cavendish que, após vitorioso ataque à Vila de Santos, tentou o desembarque em Vitória a 8 de fevereiro de 1592, sendo derrotado pelos colonos e indígenas.

No século XVII, foram principalmente os holandeses que, tentando aumentar sua área de conquista no Brasil, por

duas vezes, atacaram a Vila de Vitória sem sucesso: a primeira investida, em 12 de março de 1625, foi chefiada por Pieter Pieterzoon Heyn, com oito naus, e a segunda, em 27 de outubro de 1640, sob o comando de Koin, com 11 naus. Ambas desbaratadas com a colaboração do povo e de indígenas aos 30 militares ali destacados para servir à defesa.

Em outra oportunidade — 1653 — os holandeses saquearam o Convento da Penha, situado na barra da Baía do Espírito Santo.



Nesta época, fervilhava na Capitania do Espírito Santo a idéia de chegar-se a decantada e inexistente Serra das Esmeraldas, que estava supostamente localizada na região mineira que hoje compreende, principalmente, os Municípios de Teófilo Otôni e Governador Valadares.

Esta possível proximidade de tamanha riqueza foi que ensejou o despertar da atenção da Coroa Portuguesa, para com a defesa do litoral da Capitania do Espírito Santo. Até então, pouco se fizera pelo sistema defensivo de Vitória, que se mantinha rudimentar e primário, mesmo após a invasão holandesa no Nordeste Brasileiro. Para esta desatenção, contribuiu a situação de Portugal dependente da Espanha (1580-1640), a desorganização político-administrativa de Portugal após a restauração de sua independência, assim como da pouca importância econômica da Capitania do Espírito Santo, apesar de, em várias oportunidades, donatários e capitães-mores sollicitarem a atenção das autoridades, relatando o fraco sistema de defesa da Capitania e pedindo providências.¹

Uma primeira iniciativa importante foi a dos conselheiros reais que, em 28 de março de 1650, levaram ao Rei a opinião de que o Donatário do Espírito Santo, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, devia vender a Capitania à Coroa Portuguesa, por ela situar-se em local estratégico, entre a Bahia e o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, motivo de cobiça estrangeira. Entretanto o Rei não aprovou o parecer do conselho.²

Em várias oportunidades o próprio governo da Capitania tomou as providências necessárias em suas fortificações. O Capitão-Mor do Espírito Santo, Simião de Carvalho, em 1653, encontrou a defesa desmantelada e a artilharia coberta de terra e a recompôs.³ O Donatário Francisco Gil de Araújo também cuidou da fortificação da Vila de Vitória reconstruindo o Forte de São João e o de São Francisco Xavier além de edificar o Forte de Nossa Senhora do Carmo.⁴

Entretanto o Espírito Santo continuou a ser relegado pela Coroa Portuguesa a um plano secundário, quanto à necessidade de defesa, até que em 1693 o Bandeirante Antônio Rodrigues Arzão chegou a Vitória, com a notícia da descoberta do ouro no Rio Casca, em Minas Gerais.⁵ A partir de então novas perspectivas se formaram. A confirmação subsequente da existência de grandes minas de ouro a oeste do Espírito Santo, tendo como centro Vila Rica, provocou radical mudança da política governamental, em relação à Capitania do Espírito Santo. Proibiu-se a procura e/ou abertura de mineração no Espírito Santo, sob alegação de serem próximas ao litoral. Proibiu-se ainda a abertura de qualquer estrada que levasse ao interior da Capitania e impediu-se, terminantemente, qualquer ligação com as Minas Gerais, temendo-se tanto o extravio de ouro como a existência de caminho que pudesse facilitar, ao invasor estrangeiro, chegar a região mineira. O Espírito Santo passou a ser considerado pela Coroa Portuguesa como a "defesa natural das Minas Gerais" ou a "trincheira natural para defesa das Minas Gerais" segundo vários documentos do século XVIII. Conseqüentemente o governo português ordenou o fim da mineração aurífera na Serra do Castelo, proibiram-se entradas e povoamento do interior do Espírito Santo e, logicamente, reaparelhou convenientemente a defesa da Capitania, visando proteger a vizinha mineração das Gerais.

Assim, temos notícia de que a Fortaleza de São Francisco Xavier, situada na barra da Baía de Espírito Santo, foi refeita em 1702 e em 1705 oportunamente se reformou o Forte de Nossa Senhora do Carmo.

Os capitães-mores que administravam a Capitania passaram a seguir a política governamental e, em repetidas vezes, convocaram a população, com vista a um exercício de defesa, como aconteceu em 1709, após o ataque de Duclerc ao Rio de Janeiro ou, em 1715, sob as ordens do mestre-de-campo da Praça do Rio de Janeiro.⁶ Anteriormente, em 1711, com a morte do Donatário Manuel Garcia Pimentel, que não



Mappa di

Nuova Guinea

La Nuova Guinea è un'isola che si trova nel Pacifico meridionale, ed è la più grande isola del mondo. Fu scoperta nel 1543 dal capitano spagnolo Jorge de Membrillo, che la chiamò Nuova Guinea per somiglianza con l'isola di Guinea in Africa. La Nuova Guinea è un'isola molto fertile e ricca di risorse naturali. È abitata da diverse tribù e ha una grande varietà di flora e fauna. La Nuova Guinea è un'isola molto importante per il commercio e la navigazione nel Pacifico meridionale.

Nova Guinea



possuía filhos legítimos, o Rei de Portugal ordenou ao Governador do Brasil que seqüestrasse a Capitania do Espírito Santo e a incorporasse à Coroa, porquanto ela se situava em posição estratégica, em relação às minas de ouro. Entretanto, a questão foi levada ao Tribunal da Relação, na Bahia, que reconheceu Cosme Rolim de Moura como herdeiro da Capitania do Espírito Santo, que foi por ele vendida, em 1718, à Coroa.⁷

Após transformar-se em Capitania da Coroa Portuguesa, mais do que nunca, o Espírito Santo viu-se considerado a defesa natural das Minas Gerais. Muito interessante é o relatório do Capitão-Mor Dionísio de Carvalho de Abreu que, usando o argumento de ser o Espírito Santo localizado estrategicamente no litoral mais próximo às regiões das minas e posicionado entre a Bahia e Rio de Janeiro, descreveu a situação da defesa militar e pediu providências. Estas eram as condições, em 1724, das defesas de Vitória:

Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: em forma de círculo, situada na barra da Baía do Espírito Santo, possuindo nove peças de artilharia, sendo uma de calibre 16 e as restantes de calibre oito, havia mais duas peças desmontadas e a murada estava bastante danificada.

Fortaleza de São João: em forma semi-sextavada irregular, situada em frente ao Pão de Açúcar (hoje Penedo), sua artilharia estava desmontada e compunha-se de seis peças de calibre 12 e uma de calibre 16.

Fortaleza de Nossa Senhora da Vitória: em forma semicircular, situada no lugar superior ao monte onde estava a Fortaleza de São João, com quatro peças de artilharia, todas desmontadas, sendo uma de calibre 16, outra de calibre 24 e duas de calibre oito.

Fortim São Tiago: em forma de semicírculo irregular, com pequena área, situado numa praia da Vila de Vitória, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.

Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: em forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, situada na

marinha da Vila de Vitória, com oito peças de artilharia de calibre seis e oito, todas montadas em carretas, mais quatro de bronze e duas de ferro, desmontadas.

Reduto Santo Inácio: de forma quadrangular, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.⁸

Este relatório foi enviado à Corte de Lisboa que, posteriormente, ordenou ao Vice-Rei do Brasil a reorganização da defesa de Vitória. O Vice-Rei mandou ao Espírito Santo o engenheiro Sargento-Mor Nicolau de Abreu de Carvalho, para comandar os trabalhos,⁹ sendo realizadas as seguintes obras de reparos nas defesas de Vitória:

Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: parapeito, esplanada, guarita, quartel e casa de pólvora.

Fortaleza de São João: parapeito, torreão, portada, esplanada, guarita e casa de pólvora.

Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: parapeitos, esplanada, porta, casa de armas e casa de pólvora.¹⁰

Preocupado com a manutenção das fortificações de Vitória, o Rei ordenou que, de três em três anos, fosse engenheiro ao Espírito Santo para inspeção, e o Governo do Brasil aumentou de 28 para 50 o número de soldados destacados na Capitania, pois se temia que a riqueza mineral de Minas Gerais atraísse invasores.¹¹

Durante todo o século XVIII, houve uma preocupação constante em manter as fortificações de Vitória em condições de defender a terra. Grande é a correspondência tratando do assunto, solicitando pólvora, morrão, balas e apetrechos de defesa¹² ou então lembrando ser o Espírito Santo a defesa natural das Minas Gerais.¹³

Em 1766, foi mandado a Vitória, para observar o estado das fortificações, o engenheiro militar José Antônio Caldas, que fez uma planta da Baía do Espírito Santo, em 1767, com seu sistema defensivo detalhado, conforme mostra o mapa número 01, de apreciável valor histórico.

O original deste mapa encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lis-

boa, e nele podemos observar a exata situação da defesa militar do Espírito Santo, em Vitória e em Vila Velha.

Ainda no século XVIII, em várias oportunidades, foi suspenso por ordem governamental, o recrutamento no Espírito Santo com base na alegação de que a Capitania não poderia ficar com sua defesa desguarnecida por ser vizinha de Minas Gerais.¹⁴

Passada a fase de exploração intensa do ouro em Minas Gerais, passou também a preocupação com a defesa de Vitória. Já na última década do século XVIII, os documentos existentes denotam um abandono da idéia obsessiva de manter, organizado e pronto para defesa, o sistema de fortificações de Vitória. A mineração do ouro, já bastante decadente, não mais despertava a coibição de possíveis inimigos de Portugal.

Um bom exemplo deste desinteresse, pelas fortificações da Capitania do Es-

pírito Santo, ficou patenteadado no extenso e interessante relatório apresentado pelo então Capitão-Mor Ignácio João Mongeardino, em 11 de julho de 1790, ao Governo da Bahia. Este relatório descreveu, exaustivamente, vários assuntos ligados à vida do Espírito Santo, como população, povoamento, riquezas naturais, economia, educação, religião, indígenas e geografia, inclusive completados por três mapas (A, B e C) do litoral, entre a foz do Rio Itapemirim e a Baía do Espírito Santo, com realce para as Vilas de Benevente (Anchieta), Guarapari e Vitória, mas não fez a menor menção ao sistema defensivo.¹⁵

Seria incompreensível esta omissão, neste e em outros documentos da época final do século XVIII, se não ligássemos a real importância do sistema de fortificação de Vitória à defesa das minas gerais.

Fontes:

- 1 — Cartas Várias de Capitães-Mores do Espírito Santo — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa, Portugal.
- 2 — Carta ao Rei — 28 de março de 1650 — Casa de Cadaval — Portugal.
- 3 — Carta de Simião de Carvalho ao Rei — Vitória, 19 de setembro de 1653 — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 4 — Carta de Francisco Gil de Araújo ao Rei — 1683 — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 5 — Chancelaria de D. João V — L. 44, p. 10 — Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa.
- 6 — Carta ao Rei — Vitória, 30 de outubro de 1715 — CX-2-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 7 — Gav. 3, M 1, N 20 — Arquivo Real — Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa.
- 8 — Carta de Dionísio de Carvalho de Abreu ao Rei — Vitória, 4 de setembro de 1724 — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 9 — Carta do Vice-Rei do Brasil — 06 de junho de 1726 — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 10 — Carta do Sargento-Mor Engenheiro Nicolau de Abreu de Carvalho ao Rei — Vitória, 21 de abril de 1734 — Doc. 7.606 — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 11 — Carta de El Rei — Lisboa 1736 — CX-1-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 12 — Carta do Capitão-Mor Anastácio Moita Furtado ao Rei — Vitória, 04 de abril de 1763 — CX-2-ES — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 13 — Documentos n.ºs 7009 e 7010 — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 14 — Documento n.º 9023 — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.
- 15 — Informação do Capitão-Mor Ignácio João Mongeardino ao Governo da Bahia — Documento n.º 13860 — Vitória, 11 de julho de 1790 — Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.